

Agora Cabral promete o que não fez: reajustes anuais!

Resultado ruim em provas faz governador prometer aquilo que se recusou a fazer:
valorizar os profissionais da educação

Depois que a imprensa divulgou os resultados da rede estadual de educação no Ideb e no Enem, o governador - e agora candidato - Sérgio Cabral fingiu que não era com ele e prometeu fazer aquilo que podia ter feito nos quatro anos de seu mandato: reajustar os salários dos profissionais da educação. É preciso lembrar que, apenas no período do atual governo, a inflação subiu 19,7% e o salário do profissional da educação, apenas 12%. Ou seja, hoje o professor e o funcionário da rede estadual, ganham menos do que no início do governo Cabral.

Em 2010, por exemplo, o governo estadual concedeu reajustes a algumas categorias (normalmente parcelados), mas, apesar de toda a disponibilidade de recursos, se recusou a reajustar os salários da educação. A direção do Sepe esteve por diversas vezes na Alerj, percorreu os gabinetes, pressionou os deputados da base governista, mas a resposta para a educação foi um sonoro NÃO. O líder do partido do governo chegou a afirmar nas escadarias da Alerj: "a decisão do governador é não dar mais nada para a educação este ano". Como é possível então, menos de um mês depois, o governador declarar na

imprensa que dará reajustes anuais para a educação? Ou é piada de mau gosto ou apenas estratégia de campanha.

Para tentar se livrar da responsabilidade pelos resultados ruins, o governador e sua secretária culpam as "gestões anteriores", novamente fingindo que não participaram delas e que fizeram todo o possível no atual governo. Sempre é bom lembrar que Cabral não cumpriu nenhuma das promessas da famosa carta que enviou para a casa dos profissionais da educação há quatro anos (com exceção da inclusão dos professores de 40 horas no Plano de Carreira, depois da greve do ano passado).

Contudo, se o governador/candidato estiver falando a verdade, ainda há o que fazer em 2010: descongelamento do plano de carreira dos funcionários (que é Lei), pagamento do enquadramento por formação (já anunciado pelo governo, mas nunca cumprido), reposição das perdas salariais. Para isso, sabemos todos, precisamos da mobilização da categoria: no dia 14 de agosto o Sepe convoca a categoria para a assembleia geral da rede estadual, às 14h, no auditório do SindJustiça. É hora de pressionar o governo a cumprir o que promete!



CALENDÁRIO:

11/08 (quarta-feira): ATO DOS FUNCIONÁRIOS NA ALERJ;
14 de agosto (sábado): 14h - ASSEMBLÉIA GERAL
Auditório do SindJustiça.
(Trav. do Paço, 23, 13º andar – Praça XV);
CONSELHO DELIBERATIVO às 10h, no mesmo local.

Ideb e Enem: resultados apenas revelam o que denunciávamos há anos

O problema não está localizado em determinadas escolas.

O que falta é política educacional para rede estadual melhorar qualidade

A grande imprensa divulgou no mês de julho o resultado de duas avaliações nacionais: o Ideb/Prova Brasil e o Enem. A primeira destas avaliações é o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira). A partir dos indicadores de fluxo escolar (evasão e repetência) e de uma prova de português e matemática (a Prova Brasil), é elaborado um *ranking* das escolas públicas brasileiras, estimulando a comparação e a competição. Além disso, o governo estabelece metas numéricas a serem atingidas por escolas e por redes de ensino, vinculando recursos ao cumprimento - ou não - de tais metas.

Já o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) serve como instrumento de seleção para a entrada em diversas Universidades, mas a forma como o governo e a grande imprensa divulgam o seu resultado acabam gerando também *rankings* classificatórios semelhantes aos feitos com base no Ideb.

Diversas críticas já foram construídas a estas políticas educacionais baseadas em notas, metas e *rankings*: Demerval Saviani foi um dos primeiros a destacar os aspectos equivocados de se criar um ranking de escolas a partir de um exame nacional: concepção mercadológica e excludente que parte do princípio que as escolas serão melhores ou piores dependendo do "esforço de cada um".

A divulgação destes resultados pela grande mídia amplia a percepção de que há escolas melhores (onde os professores são melhores) e escolas piores (onde os professores são piores), naturalizando a diferença e a exclusão.

Ocorre assim um verdadeiro processo de culpabilização dos profissionais da educação, já que os fatores estruturais que dependem do poder público ou mesmo os fatores sociais - escolas em áreas de conflito aberto, por exemplo - são solenemente ignorados na composição destes rankings.

Você acha que é possível comparar a nota de uma escola que funciona em horário integral, com diversos laboratórios, computadores, bibliotecas, transporte e material didático (a

corrida entre uma Ferrari e um Fusquinha vai sempre dar o mesmo resultado. A culpa é do motorista?

É preciso lembrar que os professores da rede estadual sentem-se cada vez mais desestimulados pelos baixos salários, pelas péssimas condições de trabalho e pelo descaso do governo. Quando falamos então dos funcionários administrativos (elemento fundamental para uma educação de qualidade), a situação é ainda pior: descumprimento do plano de carreira, terceirização, salários aviltantes...

Uma prova de que o governo é responsável pela queda da qualidade das escolas estaduais está na grade curricular. Para esconder o problema da falta de professores, o governo Rosinha

diminuiu a grade curricular e até hoje, tal situação não foi revertida. Significa dizer que, enquanto escolas como o Colégio Pedro II tem até 36 tempos semanais, a rede estadual mantém uma grade com 30 tempos para o Ensino Médio e 25 tempos para o ensino fundamental.

Desta forma, o desempenho das escolas estaduais do Rio no Ideb e no Enem, não foram nenhuma surpresa para a categoria. Há anos, os profissionais da rede estadual vêm denunciando a falta de investimentos de sucessivos governos no setor educacional. O atual governo, por exemplo, aplicou em educação apenas o mínimo obrigatório e mesmo assim, utilizando somente o crescimento das verbas do Fundeb. Veja o quadro abaixo:

DESPESAS C/EDUCAÇÃO x RECURSOS RECEBIDOS PELO FUNDEB				
Orçamento executado pela SEEDUC	2008	2009	acréscimo	variação
	R\$ 2.407.849,00	R\$ 2.568.496,00	R\$ 160.647,00	6,7%
Retorno ao Estado com o FUNDEB	R\$ 1.490.000,00	R\$ 1.894.000,00	R\$ 404.000,00	27,1%
Fonte: Boletim da Secretaria Estadual de Fazenda - 6º bimestre 2010, p. 44. (www.fazenda.rj.gov.br)				

Escola Politécnica Joaquim Venâncio da Fiocruz, por exemplo), com o resultado de uma escola que não possui nenhum destes elementos? Uma

Importante destacar que o aumento de recursos que o Estado recebeu como retorno do Fundeb é muito maior do que o aumento dos recursos aplica-

dos na secretaria de educação. Desta forma, o governo Sérgio Cabral economiza dinheiro com educação. Não dá para reclamar depois que os resultados são ruins.

Mais de 10 mil profissionais saíram das escolas do estado desde 2008

Número equivale a 10% da rede; e governo este ano só convocou 2,1 mil novos professores

Estudo do Sepe realizado no Diário Oficial do estado a partir de 2008 confirma o que sempre denunciávamos: a rede estadual de educação vive uma verdadeira sangria em seus quadros, com a categoria se exonerando aos montes, saindo das escolas por causa das más condições de trabalho e dos baixos salários. Os números são estarrecedores: de janeiro

de 2008 a junho de 2010, pediram exoneração 2.567 profissionais ou mais de 5 por dia útil – sendo 2.057 professores. Com certeza, a recente incorporação em seis anos da gratifi-

cação do Nova Escola, uma das mais importantes promessas do então candidato Cabral, aumentou a sangria. Afinal, quem agüenta esperar até 2015

nesse período - 23 profissionais por dia útil!. Ou seja, nos últimos dois anos e meio, saíram da rede o equivalente a 10% do atual quadro.

saíram 1.215 professores. Com os baixos salários e a chamada de concursados feita a conta gotas, a reposição por parte do governo é na verdade uma política de enxugar gelo.

Em agosto, o Sepe vai reiniciar a campanha salarial, com uma assembleia no dia 14. Vamos exigir que o governador cumpra suas promessas e incorpore ainda em 2010 a gratificação do Nova Escola, descongele o plano de carreira dos funcio-

nários, pague o enquadramento por formação e recupere as perdas salariais. Sem dúvida, são as primeiras medidas necessárias para reverter este quadro.

Saída de Professores e Funcionários das escolas estaduais (janeiro 2008 - junho 2010)				
	Professores	Funcionários	Total	Por dia útil (455)
Exonerações	2.057	510	2.567	5,64
Aposentadorias	6.135	1.765	7.900	17,36
Total	8.192	2.275	10.467	23,00

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

para ter uma incorporação de pouco mais de R\$ 300 por mês?

No total, contando as exonerações e aposentadorias, 10.467 profissionais (professores e funcionários) saíram da rede

O pior é que a reposição não acompanha essa sangria. Em 2010, pouco mais de 2 mil professores foram convocados pela Secretaria Estadual de Educação – e somente em 2010

FALTA TUDO NA REDE ESTADUAL

Composta por 1.640 escolas e cerca de 100 mil profissionais, a rede estadual se estende por todos os municípios do estado e a realidade com que podemos nos deparar hoje em dia mostra bem todo o prejuízo da política educacional mantida por Cabral nestes últimos quatro anos. Faltam professores e funcionários administrativos e os índices de abandono da carreira na rede aumentam de ano para ano conforme comprovam o levantamento realizado pelo Sepe, com base nos dados publicados pelo próprio governo no Diário Oficial do Estado. Cansados de esperar pelas promessas de valorização salarial, os professores e funcionários pedem exoneração ou se aposen-

tam por conta dos baixos salários.

O piso rebaixado faz com que professores de disciplinas importantes, como Física, Química, Matemática, Biologia, entre outras, se afastem da rede para tentar melhores salários no mercado. A questão do piso baixo é tão grave que mesmo professores recém-aprovados nos últimos concursos acabam abandonando suas matrículas em busca de melhor remuneração nas redes municipais ou na rede federal. As escolas também se encontram sucateadas, enquanto o governo anuncia gastos milionários com informatização e programas de implantação de tecnologia em prédios sem condições de estrutura nem profissionais para assumirem tais funções.

CABRAL SÓ PROMETE ... E MENTE!

Em 2006, ainda candidato, Cabral mandou cartas para a casa de todos os profissionais da educação, prometendo a reposição das perdas salariais contraídas nos últimos dez anos (cerca de 68% de perdas). No entanto, Cabral concedeu reajustes de apenas 4% em 2007 e 8% em 2008.

Ele também se comprometeu com a incorporação da gratifi-

cação Nova Escola ao piso salarial do profissional da educação. Mas o governador parcelou em longos seis anos essa incorporação, que só será finalizada em 2015 ou daqui a dois novos governos! Outra promessa eleitoral: Cabral disse que iria descongelar o plano de carreira dos funcionários administrativos das escolas, mas o plano continua congelado.

Sepe recorre à Justiça para ver direitos respeitados

SEE responde ao ato do protocolo, mas não atende às nossas reivindicações

O superintendente de Gestão de educação, Marcos Medina encaminhou por escrito documento para as coordenadorias respondendo aos processos abertos no ato do protocolo realizado pela categoria no dia 10 de junho. Neste documento aparecem “respostas” para algumas questões. Veja o que o subsecretário respondeu e o que a direção do sindicato encaminhou:

– Plano de Carreira dos Funcionários: afirma que a Seeduc está formulando um projeto de lei para um novo plano de carreira, mas não responde porque não aplica aquele que está em vigor.

O departamento jurídico do Sepe entrará com ação judicial para cobrar o cumprimento do plano em vigor.

– Enquadramento por formação: repete a informação de todos os processos entre 2004 e 2008 foram concluídos faltando apenas a ordem para pagamento. O Sepe ingressou em conjunto com a Comissão de Educação da Alerj com representação no Ministério Público da Educação cobrando que o Estado cumpra o direito do servidor.

– Reajuste anual e incorporação imediata do Nova Escola: o subsecretário afirma que não cabe

à Seeduc atender a essa reivindicação, mas às secretarias de Planejamento e Fazenda.

– Investidura dos Animadores Culturais: esclarece que logo após a publicação da nomeação, será providenciada a confecção do ato de investidura que será encaminhado para cada Coordenadoria para assinatura e ato de posse.

– Retirada dor R\$ 56,00 dos funcionários administrativos. Alega que tal valor foi incorporado em conjunto com a gratificação do Nova Escola em outubro de 2009. O Departamento Jurídico do Sepe estuda ação para cobrar o retorno deste valor ao contracheque do

servidor.

– 30 horas para funcionários administrativos: informa que o processo está na Procuradoria Geral do Estado para parecer e encaminhamento.

– Vale transporte: informa que há um estudo para viabilizar essa concessão, mas não esclarece critérios ou prazos.

Enfim, todas estas questões estão na nossa pauta de reivindicações imediatas e somente a mobilização da categoria pode arrancar do governo respostas concretas. A assembléia do dia 14 deve decidir os rumos da luta para conquistarmos todos estes pontos.

CONEXÃO EDUCAÇÃO: SEPE MANTÉM ORIENTAÇÃO DE NÃO LANÇAR AS NOTAS

No dia 21 de julho, a direção do Sepe esteve reunida com o superintendente [pegar com Bia ou Vera] para discutir os problemas gerados pelo chamado Conexão Educação, sistema de lançamento das notas on line que tem indignado profundamente a categoria, por ser trabalho dobrado, não remunerado e transferência das atividades da secretaria da escola para os docentes.

Nesta reunião protocolamos um ofício elaborado pelo departamento jurídico onde, baseados na LDB e em diversas portarias do próprio estado, atestamos não ser função do professor a divulgação das notas escolares.

Tal ofício servirá agora de base para uma ação judicial que será iniciada nos próximos dias no sentido de suspender a resolução que instaurou o Conexão Educação.

Obviamente, cobramos ainda a realização de concurso público para as secretarias das escolas, única forma de tornar efetiva a necessidade da democratização do acesso às informações educacionais na rede estadual.

Na audiência, o representante do governo informou que levaria o documento e as preocupações até à secretária, Teresa Porto que, no momento, estava de férias.

NOTA DO SEPE SOBRE A MORTE DE UM ALUNO EM CIEP EM COSTA BARROS

Com respeito à morte do aluno Wesley Rodrigues de Oliveira, de 11 anos, ferido por uma bala perdida dentro de sala de aula no Ciep Rubens Gomes (Costa Barros), o Sepe lamenta o ocorrido, que é mais uma prova do aumento da violência que ameaça profissionais e alunos nas escolas públicas do Rio de Janeiro.

Há alguns anos, o sindicato tem denunciado nos mais variados fóruns (Ministério Público, Conselho Tutelar, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretarias estadual e municipal de Educação, Câmara de Vereadores e OAB/RJ) o perigo que ronda o ambiente escolar, não só na área interna das unidades municipais e estaduais mas, também, o entor-

no das escolas – muitas delas localizadas dentro ou próximas de áreas consideradas de risco. O sindicato também reivindicou das secretarias de Educação normas claras para o funcionamento das unidades no caso de ocorrência de conflitos, já que, muitas vezes, as direções de escolas não têm autorização para fechar as portas ao primeiro sinal de confrontos entre policiais e bandidos.

Um dos problemas mais visíveis nas escolas públicas é a falta de porteiros e inspetores de alunos. A carência desses profissionais piora a violência nas unidades, já que é impossível para um corpo pequeno de profissionais zelar pela segurança, em muitos casos, de centenas de alunos.

